

Mapeamento da Exploração Florestal: Período 2017/2018

Relatório Técnico n°
01/2021/CGMA/SRMA/SAGA/SEMA-MT

Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso - SEMA-MT

Coordenadoria de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental - CGMA
Superintendência de Regularização e Monitoramento Ambiental - SRMA
Secretaria Adjunta de Gestão Ambiental - SAGA

Palácio Paiaguás, Rua C, CEP: 78.049-913 - Cuiabá - Mato Grosso

Equipe Técnica:

André Pereira Dias
Analista de Meio Ambiente
Coordenador da CGMA
CGMA/SRMA/SAGA/SEMA-MT

Helana H. Campos de Oliveira
Analista de Meio Ambiente
CGMA/SRMA/SAGA/SEMA-MT

Henrique Bilio
Téc. do Desenvolvimento Econômico e Social
CGMA/SRMA/SAGA/SEMA-MT

Kerollen Langner da Silva
Analista de Meio Ambiente
CGMA/SRMA/SAGA/SEMA-MT

**Núcleo de Geotecnologias do
Instituto Centro de Vida - ICV**

INTRODUÇÃO

A Lei Complementar N° 233, de 21 de dezembro de 2005 rege em seu Art. 1º, que:

“A Política Florestal do Estado de Mato Grosso tem por objetivo assegurar a proteção da flora no território mato-grossense e permitir a exploração florestal de forma sustentável, fomentando práticas que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico, a melhoria da qualidade ambiental e o equilíbrio ecológico, atendidos os seguintes princípios:

I - Conservação dos recursos naturais;

II - Preservação da estrutura dos biomas e de suas funções;

III - Manutenção da diversidade biológica;

IV - Desenvolvimento socioeconômico regional.”

A exploração florestal consiste na retirada de algumas árvores, podendo dar início ao processo de degradação florestal e posterior corte raso (Figura 1).

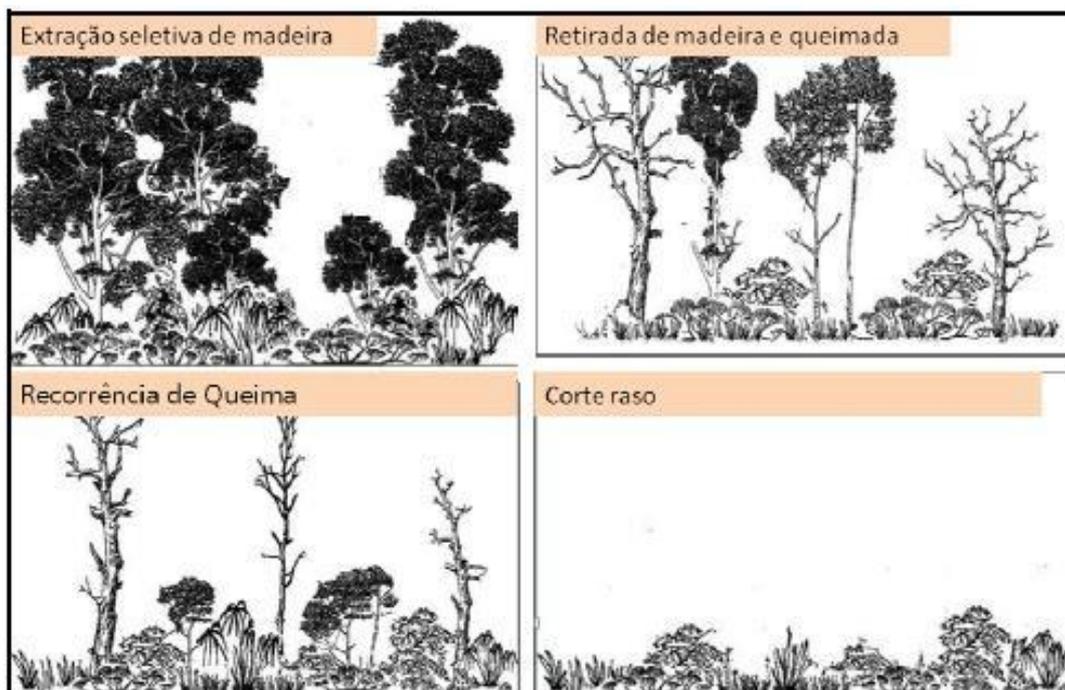


Figura 1. Diferentes fases do processo de desmatamento. Fonte: INPE, 2008.

Mapeamento da Exploração Florestal 2017 / 2018

SEMA
Secretaria de
Estado de Meio
Ambiente



Governo de
**Mato
Grosso**

Relatório Técnico nº 01/2021/CGMA/SRMA/SAGA/SEMA-MT

O primeiro passo do desmatamento é a retirada das madeiras nobres, madeiras para a construção civil e, por fim, as árvores de madeiras leves remanescentes. Na segunda fase, as árvores de menor porte são derrubadas e toda a vegetação rasteira é destruída, neste momento, cerca de 50% do dossel foi destruído. (INPE, 2008).

Em um terceiro momento ocorre a introdução de capim nestas áreas degradadas. Com isto, a pecuária pode se desenvolver na área de floresta, enquanto ela ainda não desapareceu. O capim e a cobertura florestal remanescente são queimados posteriormente, provocando uma segunda limpeza da área. Com a recorrência do fogo, sobram vivas apenas cerca de 10% a 20% das árvores. Na quarta fase, após queimadas subsequentes destrói-se completamente o que restou da floresta inicial. (INPE, 2008).

O monitoramento da exploração florestal em Mato Grosso está inserido no Plano de Trabalho Anual (PTA) da SEMA na Ação 2352- Monitoramento da Cobertura Vegetal, na Medida 2, com o objetivo de realizar o monitoramento dos Planos de Manejo Florestal Sustentáveis (PMFS) e da exploração florestal ilegal.

Este monitoramento é fundamental para assegurar o cumprimento da legislação ambiental vigente (se as áreas estão sendo exploradas de acordo com as autorizações), evitando que degradação e desmatamentos futuros sem autorização ocorram.

O Estado de Mato Grosso é responsável por 33% da receita gerada por atividades madeireiras entre os estados da Amazônia Legal. A indústria madeireira é 4ª economia do Estado, atrás da agricultura, pecuária e mineração. (IBGE, 2013).

Em 2009 o estado já contava com mais de 1.700 empreendimentos de indústrias de base florestal, segundo dados do SISFLORA/SEMA, entre 2017 e 2018 os volumes de produtos madeireiros transportados somaram cerca de 4 milhões de m³, cujo valor comercializado foi de R\$ 245.970.416,50. Esse setor é base da economia de 44 municípios e gera cerca de 90 mil postos de trabalho diretos e indiretos, ocupando o primeiro lugar no segmento das indústrias de transformação.

Em nível nacional, Mato Grosso é um dos maiores fornecedores de madeira nativa. Em 2018, as áreas sob manejo florestal licenciado cadastradas no SIMLAM até a totalizam 4.682.420,55 hectares. Os 15 municípios com mais área de manejo florestal cadastradas no estado seguem no gráfico 1 a seguir.

Mapeamento da Exploração Florestal 2017 / 2018

SEMA
Secretaria de
Estado de Meio
Ambiente



Governo de
Mato Grosso

Relatório Técnico nº 01/2021/CGMA/SRMA/SAGA/SEMA-MT

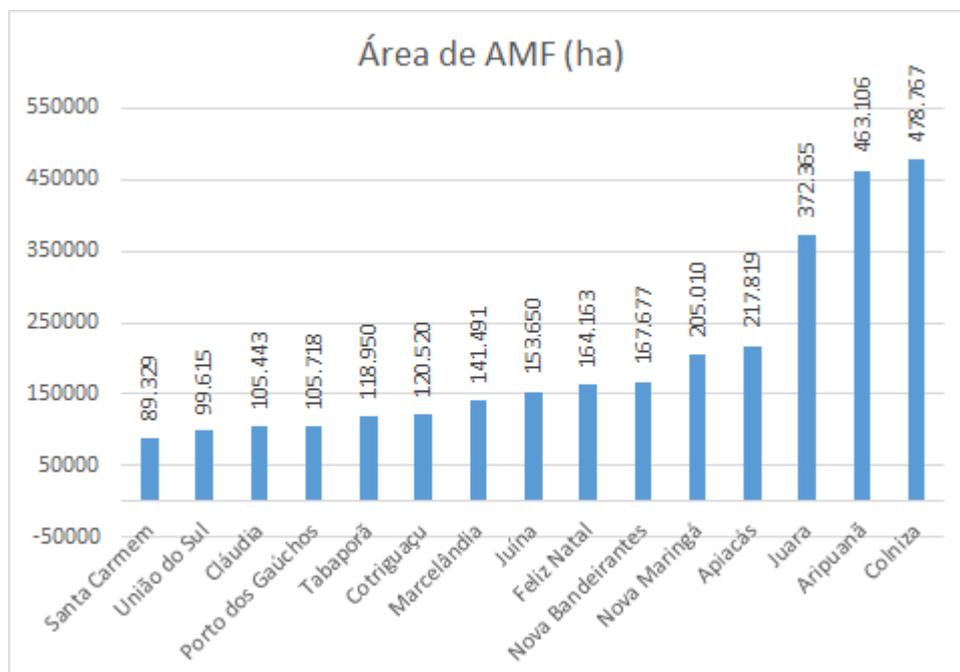


Gráfico 1. Áreas de Manejo Florestal cadastradas na SEMA para 15 municípios em Mato Grosso.

Entre 2017 e 2018 o estado de Mato Grosso foi o estado brasileiro que mais explorou madeira em tora somando 3.942.115,90 m³, além de 28.974,02 m³ de lenha (gráfico 2).

Apesar de sua relevância econômica, o setor permanece marcado pela ilegalidade. Estudos demonstram que, entre os anos de 2012 e 2016, cerca de metade da área explorada no estado estava irregular. Essa alta proporção comprova que os atuais sistemas de monitoramento e controle florestal não permitem garantir a origem legal da madeira.

Os produtos madeireiros oriundos de práticas criminosas seguem sendo encobertos por documentos oficiais, gerando uma situação de falsa regularidade. Essa situação impede a valorização da produção florestal legal, resultando em prejuízos ao próprio setor florestal, seus empresários e responsáveis técnicos. As empresas que cumprem as regras sofrem com a concorrência desleal.

Mapeamento da Exploração Florestal 2017 / 2018

SEMA
Secretaria de
Estado de Meio
Ambiente



Governo de
**Mato
Grosso**

Relatório Técnico nº 01/2021/CGMA/SRMA/SAGA/SEMA-MT

Além de sérios prejuízos ambientais e econômicos, a exploração ilegal da floresta em Mato Grosso também gera impactos sociais severos, pois está associada à violência no campo, à violação de direitos indígenas e à opressão de populações rurais.

A dinâmica da exploração não manejada favorece a ocupação desordenada da região, pois nas áreas de fronteira, os madeireiros constroem e mantêm estradas de acesso às florestas, o que geralmente conduz à colonização “espontânea” por pequenos agricultores e, em alguns casos, invasão de unidades de conservação e terras indígenas. (AMARAL et.al., 1998)

Está também associada à redução dos estoques de madeira, à perda da biodiversidade e de serviços ecossistêmicos, além da emissão de Gases de Efeito Estufa (GEEs) que contribuem para as mudanças climáticas.

O monitoramento da exploração madeireira é essencial para evidenciar onde a ilegalidade acontece, entender sua dimensão e seus impactos, além de fornecer subsídios para ações.

A ilegalidade está concentrada em imóveis rurais cadastrados (67%), seguido pelas áreas sem categoria fundiária definida (16%). E porções menores de áreas exploradas sem autorização ocorreram em unidades de conservação (7%), terras indígenas (5%) e assentamentos rurais (5%).

As saídas para contornar esse cenário passam por uma rotina de monitoramento da cadeia madeireira em tempo real, com uso de imagens de altíssima resolução e quanto ao movimento de créditos florestais; o aumento da fiscalização nos municípios críticos, com instrumentos de atuação remota; aprimoramento nos sistemas de controle florestal estadual e integração ao sistema federal; e envolvimento dos atores do mercado da madeira no combate à ilegalidade no setor por meio de capacitações, campanhas e estratégias de comunicação.

O mapeamento da exploração madeireira para toda a área de cobertura florestal do estado de Mato Grosso para o período de 2017/2018 é resultado de uma produção conjunta entre a equipe do Instituto Centro de Vida – ICV e equipe da Coordenadoria de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental – CGMA. Trabalho este objeto de um acordo de cooperação técnica entre SEMA e ICV.

Entre os anos de 2019 e 2020 o Instituto Centro de Vida – ICV realizou o mapeamento das áreas de exploração florestal para toda área de cobertura florestal

Mapeamento da Exploração Florestal 2017 / 2018

SEMA
Secretaria de
Estado de Meio
Ambiente



Governo de
**Mato
Grosso**

Relatório Técnico nº 01/2021/CGMA/SRMA/SAGA/SEMA-MT

do Estado para o período de agosto de 2017 a julho de 2018. Posteriormente o dado foi auditado e validado pela equipe da Coordenadoria de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental - CGMA.

O resultado deste trabalho gerou insumos que podem subsidiar as ações de licenciamento, conservação e fiscalização ambiental, assim como contribuir para a detecção de possíveis irregularidades na execução dos Planos de Manejo Florestal Sustentável-PMFS.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para o mapeamento das áreas exploração florestal baseia-se no Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira (SIMEX), elaborado pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), com adaptações incorporadas pelo ICV e Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA-MT).

É realizada a identificação e mapeamento das explorações entre agosto de 2017 e julho de 2018 a partir do processamento das imagens do satélite Landsat-8 de forma a realçar as mudanças no dossel florestal decorrentes da exploração madeireira. Em seguida, avalia-se a legalidade comparando a área de exploração mapeada com as Autorizações de Exploração Florestal (Autex e AEF) válidas emitidas pela Sema-MT, verificando também as categorias fundiárias e os municípios de ocorrência da exploração madeireira.

As imagens destacam as áreas de exploração florestal, realçando as mudanças no dossel florestal decorrentes da exploração madeireira que configuram o primeiro estágio da degradação florestal, e que são de difícil detecção apenas pela interpretação visual de composições coloridas. A Figura 02 ilustra a comparação entre imagens Landsat 8, de composição colorida RGB 6-5-4 e a mesma imagem após o processamento e cálculo do NDFI.

Mapeamento da Exploração Florestal 2017 / 2018

SEMA
Secretaria de
Estado de Meio
Ambiente



Governo de
**Mato
Grosso**

Relatório Técnico nº 01/2021/CGMA/SRMA/SAGA/SEMA-MT

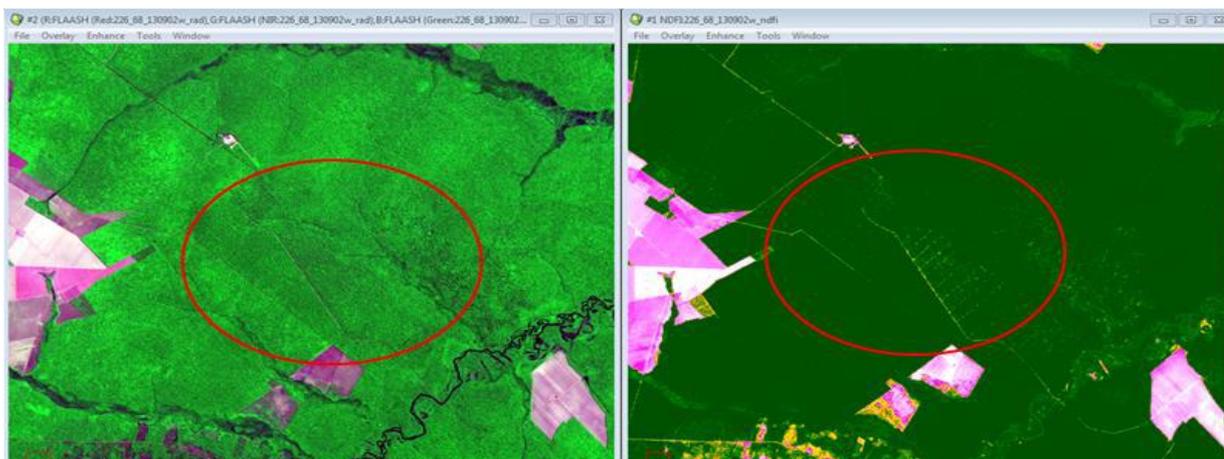


Figura 02. Imagem composição RGB 6-5-4 à esquerda e imagem NDFI à direita.

Para a obtenção das áreas exploradas seletivamente foram seguidos os seguintes passos:

1. Processamento das imagens:

Foram processadas 31 cenas do ano de 2017 e 2018, para cálculo do NDFI, buscando completar a cobertura das áreas de tipologia florestal de Mato Grosso. Esta etapa envolve a correção radiométrica e atmosférica da imagem, em seguida é calculado o modelo de mistura espectral e o NDFI.

2. Interpretação e mapeamento:

As áreas exploradas são mapeadas comparando as imagens NDFI entre agosto de 2017 e julho de 2018. Não foram consideradas degradações ocasionadas apenas pelo fogo, ou seja, sem sinal de retirada de madeira, nem degradações de alta intensidade, na qual a maior parte do dossel é retirada, já que este monitoramento é realizado no mapeamento anual do desmatamento, com relatório a parte.

3. Cruzamento com as autorizações:

São realizados os cruzamentos dos polígonos mapeados com as autorizações expedidas pela SEMA (Autorização para Exploração Florestal para Plano de Manejo Florestal Sustentável-AUTEX/PMFS e Autorização de Exploração Florestal/AEF), válidas no período para verificação da legalidade das explorações.

4. Consolidação dos dados levantados, análise e divulgação dos resultados.

Mapeamento da Exploração Florestal 2017 / 2018

SEMA
Secretaria de
Estado de Meio
Ambiente



Governo de
**Mato
Grosso**

Relatório Técnico nº 01/2021/CGMA/SRMA/SAGA/SEMA-MT

Por fim é realizado o a análise dos dados levantados, elaboração de relatório técnico e divulgação dos resultados no endereço eletrônico da secretaria.

RESULTADOS

No total foram mapeados **239.506,38** hectares de áreas com exploração madeireira no estado de Mato Grosso.

No período compreendido entre os anos de 2017 e 2018 foram emitidas 544 autorizações de exploração florestal para Projetos de Manejo Florestal Sustentável – AUTEX/PMFS e 229 autorizações de exploração florestal para Projetos de Exploração Florestal – PEF, que precedem as Autorizações para Desmatamento.

A partir do cruzamento das áreas exploradas com as Áreas de Manejo Florestal – AMF ou Área de Exploração Florestal – AEF (cadastradas na base de dados da SEMA) autorizadas e válidas para o período de agosto de 2017 a julho de 2018, verificou-se que **87.282,98 (36%)** hectares foram explorados ilegalmente, enquanto **152.223,40 (64%)** hectares foram explorados com autorização. A Figura 03 ilustra a distribuição das áreas exploradas no estado.

Ao comparar os números da exploração 2017/2018 com o mapeamento realizado para o período anterior (2016/2017), que foi de 155.945,37 hectares, verificou-se um aumento de 53,6% da área de exploração florestal total, sendo um aumento de 44,3% na exploração legal e um aumento de 59,4% na ilegal. (Gráficos 03, 04).

Mapeamento da Exploração Florestal 2017 / 2018

SEMA
Secretaria de Estado de Meio Ambiente



Governo de Mato Grosso

Relatório Técnico nº 01/2021/CGMA/SRMA/SAGA/SEMA-MT

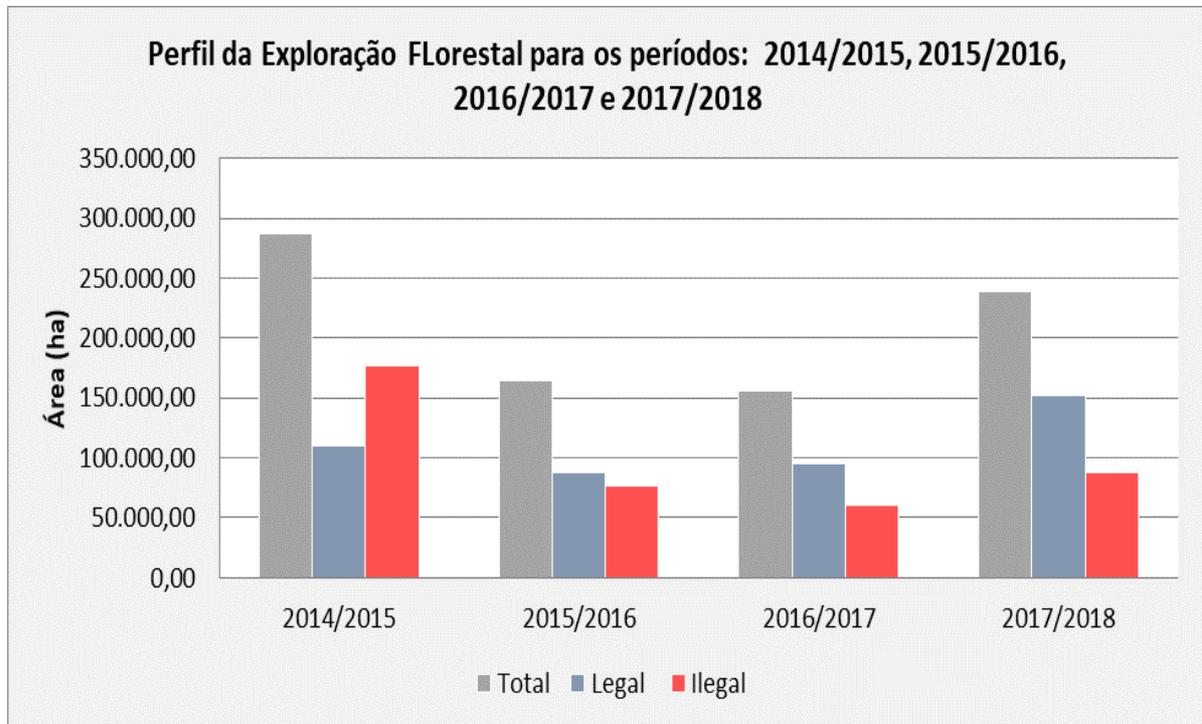


Gráfico 03 – Comparativo entre os quantitativos de áreas exploradas mapeadas para os períodos de 2014/2015, 2015/2016, 2016/2017 e 2017/2018.

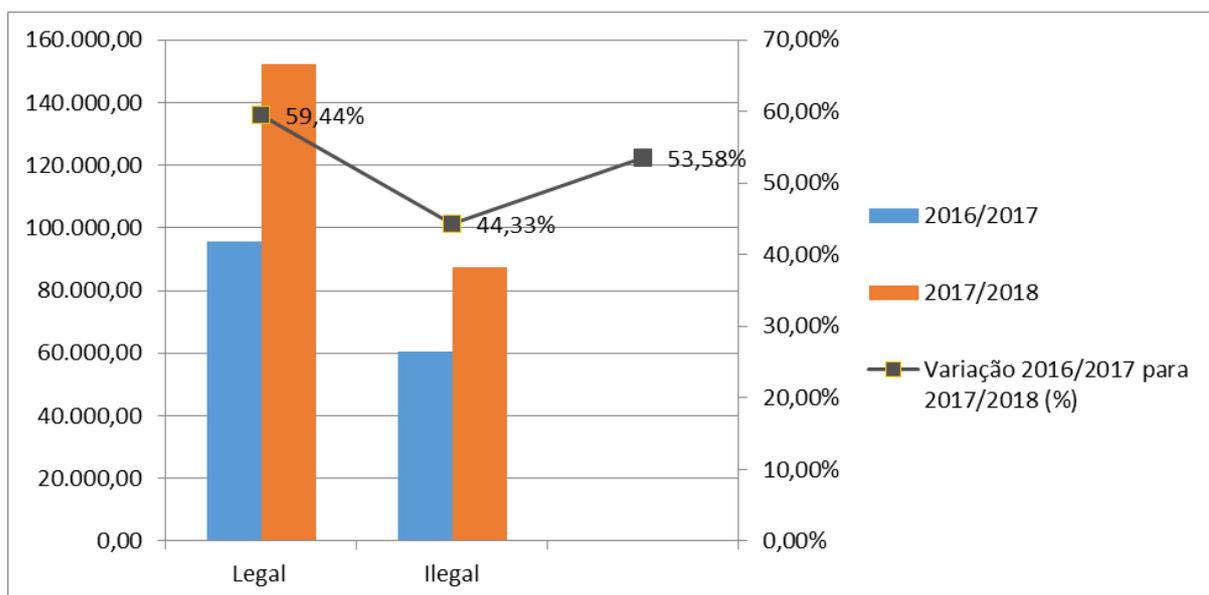


Gráfico 04. Variação da exploração florestal entre o período de exploração florestal de 2017/2018 e o período anterior de 2016/2017.

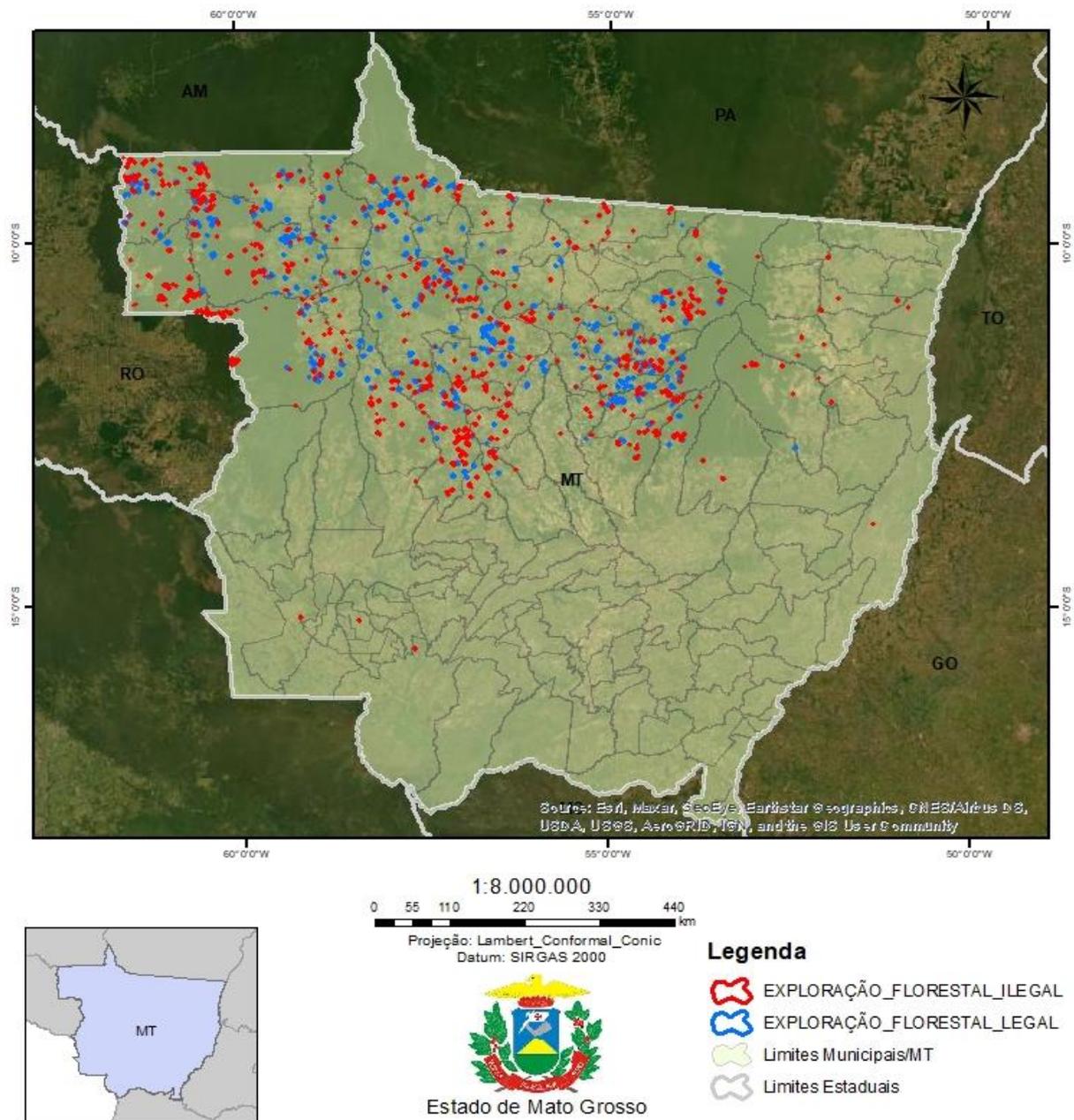
Mapeamento da Exploração Florestal 2017 / 2018

SEMA
Secretaria de
Estado de Meio
Ambiente



Governo de
Mato Grosso

Relatório Técnico nº 01/2021/CGMA/SRMA/SAGA/SEMA-MT



Distribuição da Exploração Florestal legal e ilegal no estado de Mato Grosso para o período compreendido entre Agosto de 2017 e Julho de 2018.

Secretaria de Estado do Meio Ambiente
Superintendência de Regularização e Monitoramento Ambiental
Coordenadoria de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental

Bloco SEMA - Palácio Paissagués - Centro Político Administrativo - Cuiabá, MT
Telefone (65) 3613 - 7207

2020

Figura 03. Espacialização da Exploração Florestal legal e ilegal no estado de Mato Grosso para o mapeamento 2017/2018.

Mapeamento da Exploração Florestal 2017 / 2018

SEMA
Secretaria de
Estado de Meio
Ambiente



Governo de
**Mato
Grosso**

Relatório Técnico nº 01/2021/CGMA/SRMA/SAGA/SEMA-MT

DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS EXPLORADAS ILEGALMENTE

Dos os 87.282,98 hectares de exploração ilegal, verificou-se que 50.344,25 hectares (57,7%) das áreas exploradas ilegalmente se encontram em áreas privadas de imóveis rurais já cadastrados ou migrados para o sistema estadual SIMCAR; 23,3% (20.353,63 hectares) ocorreram em áreas ainda não cadastradas/sem categoria; e 2,7% (2.370,49 hectares) incidiram em áreas de assentamentos da reforma agrária.

Quanto às Terras Indígenas, 14,4% da exploração florestal ilegal incide nas mesmas, correspondendo a 12.610,30 hectares de terra indígena explorados ilegalmente. Nas Unidades de Conservação o valor foi de 1,8% (1.604,31 hectares) do total ilegal (gráfico 05).

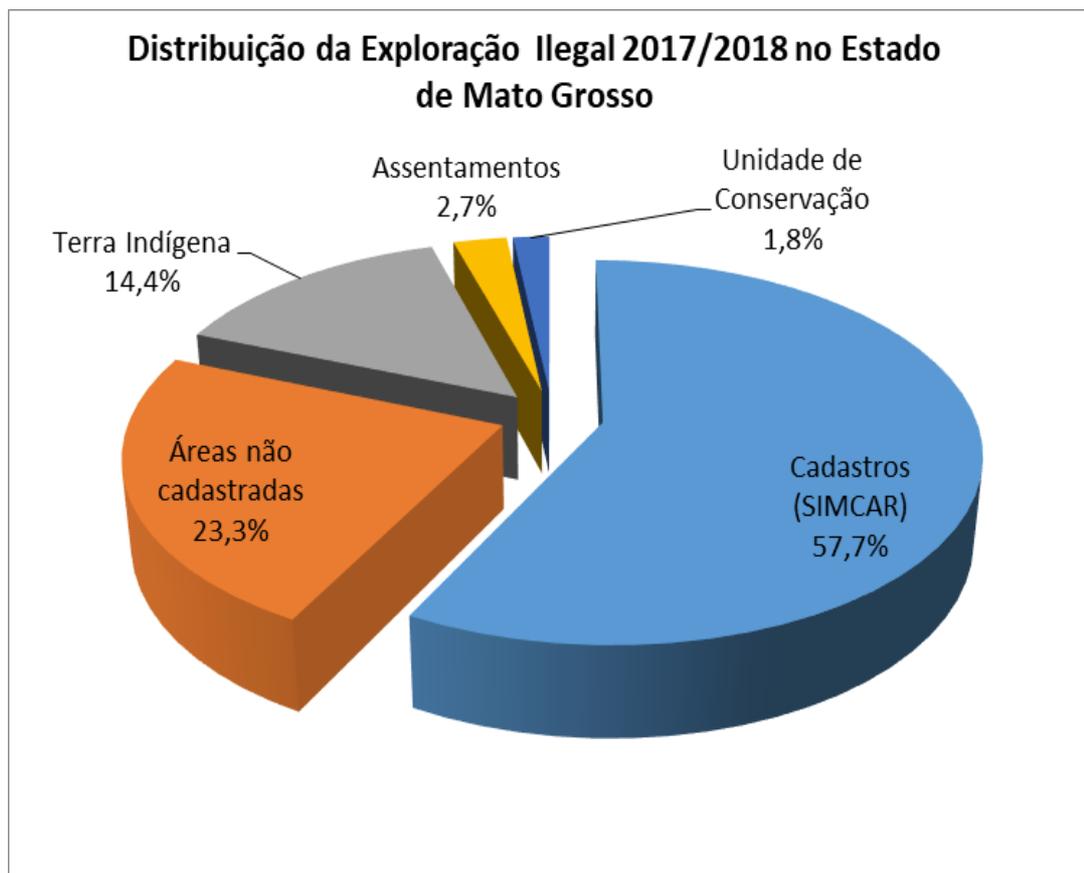


Gráfico 05 – Distribuição da Exploração Ilegal no Estado de Mato Grosso para o período de agosto de 2017 a julho de 2018.

Mapeamento da Exploração Florestal 2017 / 2018

SEMA
Secretaria de
Estado de Meio
Ambiente



Governo de
**Mato
Grosso**

Relatório Técnico nº 01/2021/CGMA/SRMA/SAGA/SEMA-MT

Realizando o cruzamento dos dados de exploração florestal ilegal para o período de 2017/2018 com as geometrias de solicitação de autorização de supressão de vegetação (como, por exemplo, AEF, AEP, UT, UPA, etc.) que não obtiveram o título de autorização ou não estavam autorizadas para o período entre agosto de 2017 e julho de 2018, constatou-se que cerca de 20,6% das explorações ilegais ocorreram em área onde houve em algum momento uma solicitação de exploração/manejo, mas que a autorização não foi emitida ou não estava válida para o período (exploração fora da validade do título emitido), os outros 79,4% do desmatamento ilegal incidem em áreas onde não houve solicitação de autorização de exploração florestal na SEMA.

Dos 58.670,42 hectares explorados ilegalmente dentro de imóveis rurais privados, algumas áreas com processo de licenciamento não apresentam título de autorização (AUTEX/AEF), exploraram fora da data de validade ou exploraram além da área autorizada, conforme ilustrado no gráfico 06.

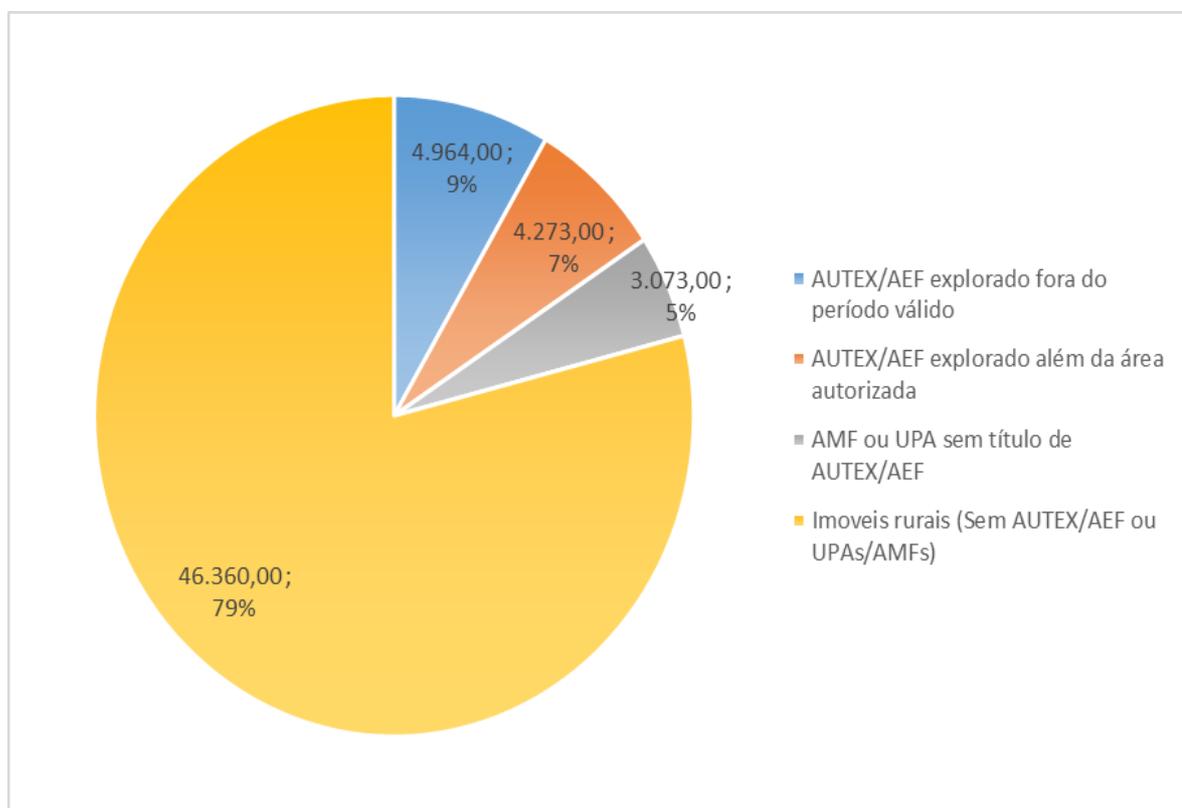


Gráfico 06 – Distribuição da Exploração Ilegal em imóveis rurais privados, para o período de agosto de 2017 a julho de 2018.

Mapeamento da Exploração Florestal 2017 / 2018

SEMA
Secretaria de
Estado de Meio
Ambiente



Governo de
**Mato
Grosso**

Relatório Técnico nº 01/2021/CGMA/SRMA/SAGA/SEMA-MT

MUNICÍPIOS CRÍTICOS

Da área total de floresta explorada sem autorização em Mato Grosso, cerca de 75% ocorreu nos 15 municípios mais críticos (Gráfico 07). Os cinco municípios com mais exploração ilegal somam 40% do total explorado no período.

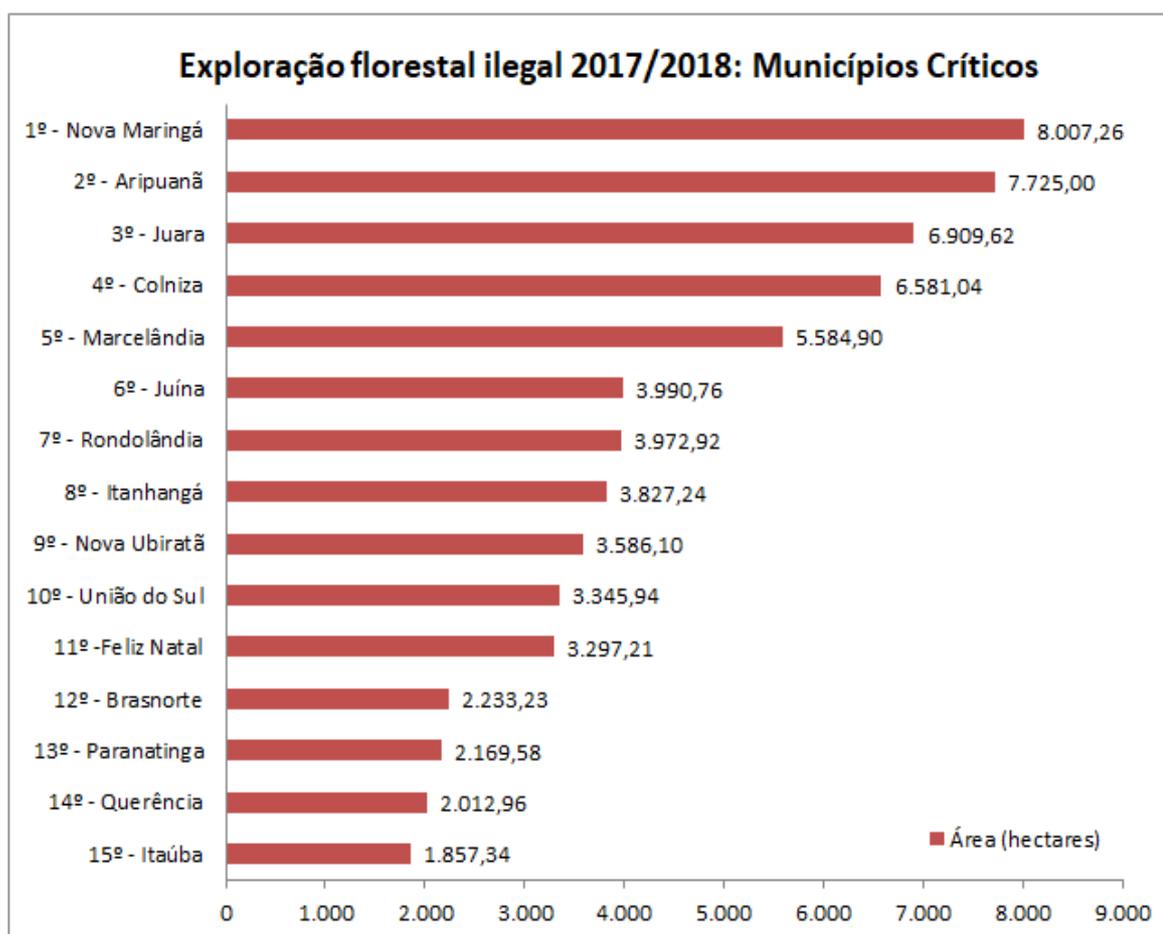


Gráfico 07 – Municípios com as maiores áreas de exploração ilegal no período 2017/2018.

A partir do mapa de densidade Kernel é possível identificar os pontos quentes, ou hotspots, de exploração florestal ilegal ocorrida no período de agosto de 2017 a julho de 2018. Observa-se uma alta concentração de exploração ilegal nos municípios nas regiões centro-norte e noroeste do estado e também à oeste do Parque do Xingu, conforme figuras 04 e 05 a seguir.

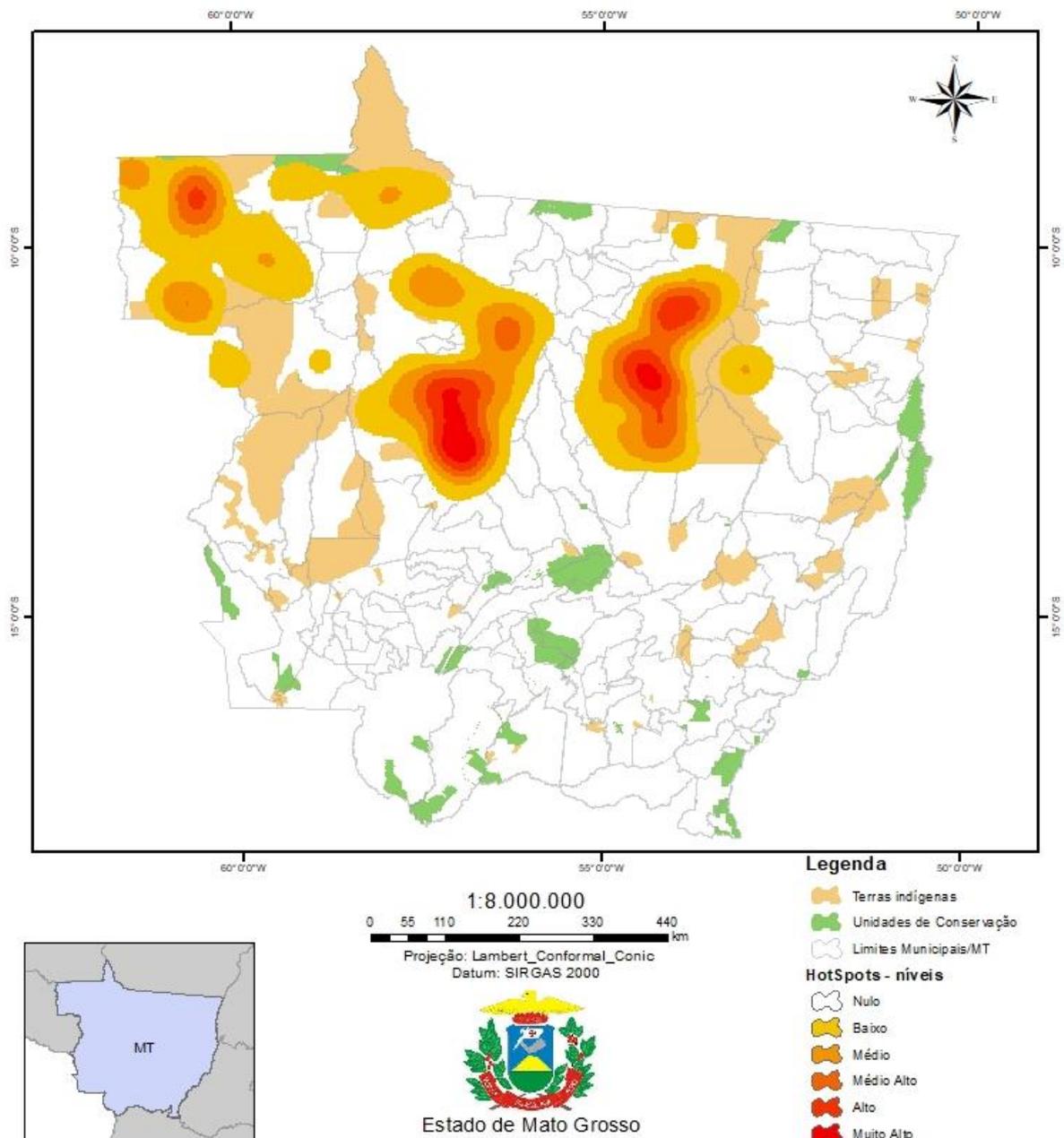
Mapeamento da Exploração Florestal 2017 / 2018

SEMA
Secretaria de
Estado de Meio
Ambiente



Governo de
Mato Grosso

Relatório Técnico nº 01/2021/CGMA/SRMA/SAGA/SEMA-MT



Pontos Quentes (HotSpots) da Exploração Florestal ilegal no estado de Mato Grosso para o período compreendido entre Agosto de 2017 e Julho de 2018.

Secretaria de Estado do Meio Ambiente
Superintendência de Regularização e Monitoramento Ambiental
Coordenadoria de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental

Bloco SEMA - Palácio Paissaguás - Centro Político Administrativo - Cuiabá, MT
Telefone (65) 3613 - 7207

2020

Figura 04. Concentração das áreas com maior ocorrência de exploração ilegal no estado de Mato Grosso para o mapeamento do período de 2017/2018.

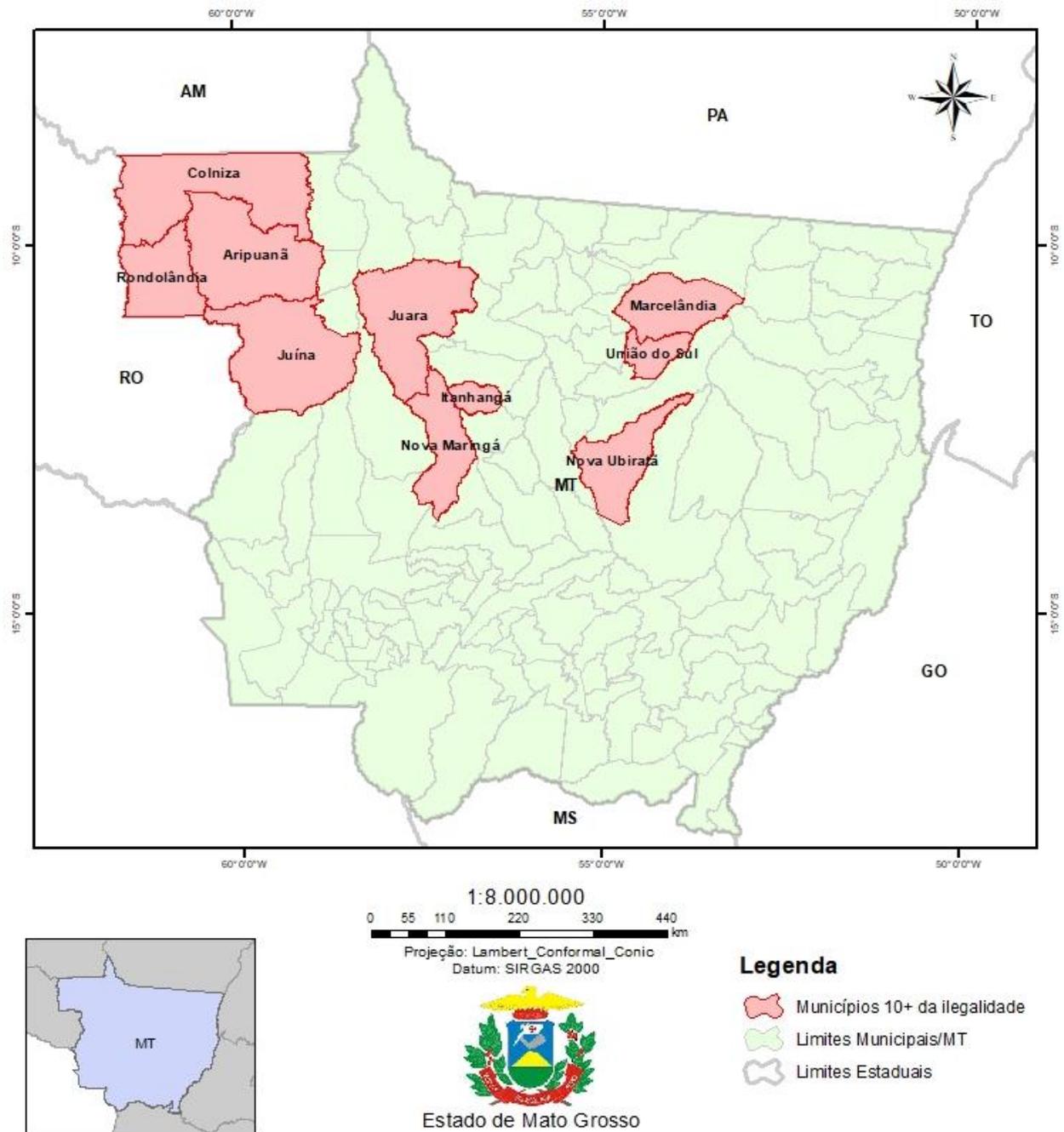
Mapeamento da Exploração Florestal 2017 / 2018

SEMA
Secretaria de
Estado de Meio
Ambiente



Governo de
Mato Grosso

Relatório Técnico nº 01/2021/CGMA/SRMA/SAGA/SEMA-MT



Municípios 10+ no ranking da ilegalidade da Exploração Florestal para o período compreendido entre Agosto de 2017 e Julho de 2018.

Secretaria de Estado do Meio Ambiente
Superintendência de Regularização e Monitoramento Ambiental
Coordenadoria de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental

Bloco SEMA - Palácio Paiaguás - Centro Político Administrativo - Cuiabá, MT
Telefone (65) 3613 - 7207

2020

Figura 05. Municípios: 10+ da exploração florestal ilegal no estado de Mato Grosso para o período de agosto de 2017 a julho de 2018.

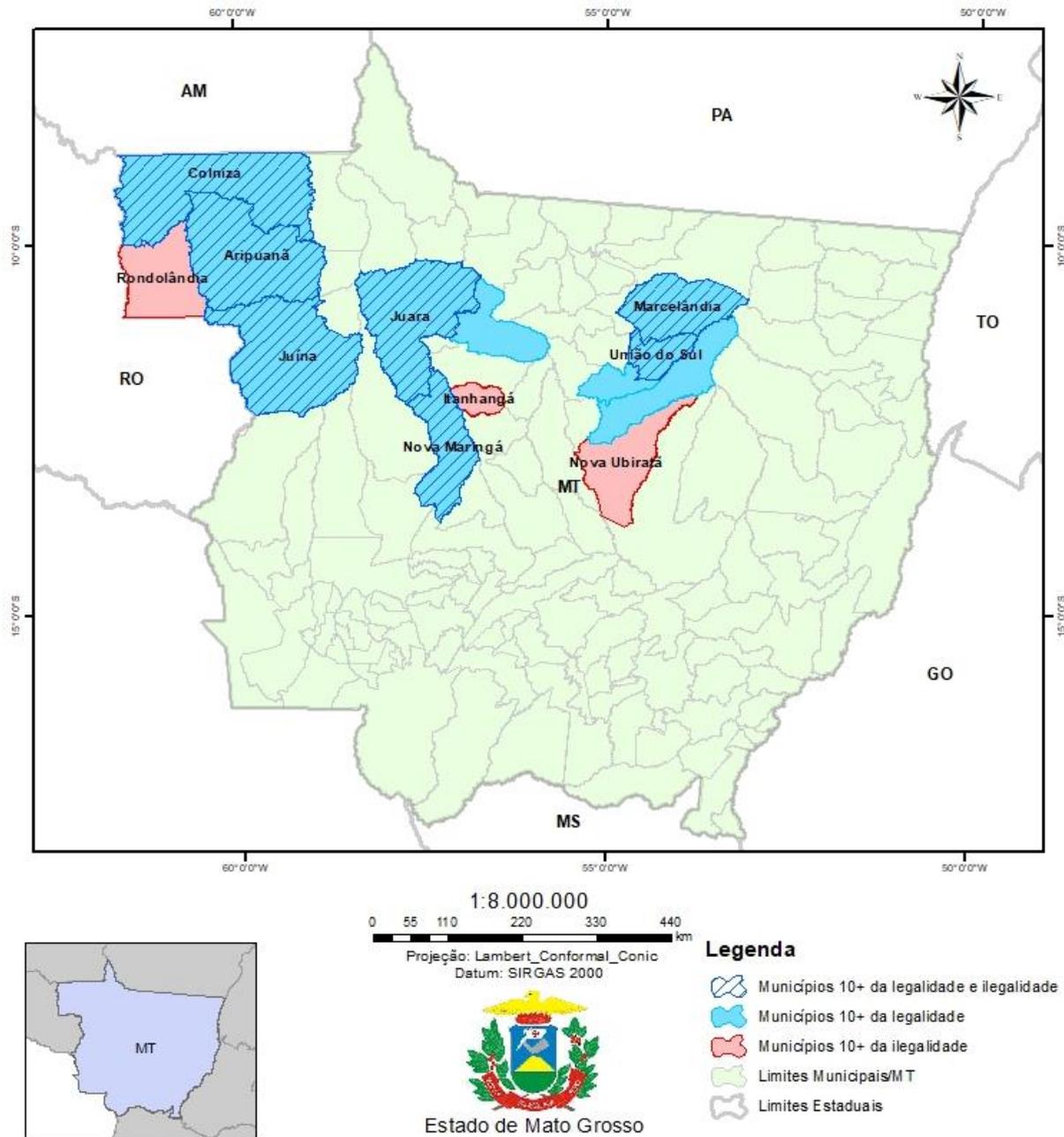
Mapeamento da Exploração Florestal 2017 / 2018

SEMA
Secretaria de
Estado de Meio
Ambiente



Governo de
Mato Grosso

Relatório Técnico nº 01/2021/CGMA/SRMA/SAGA/SEMA-MT



Municípios 10+ no ranking da legalidade da Exploração Florestal e municípios que estão tanto no ranking da legalidade quanto da ilegalidade para o período compreendido entre Agosto de 2017 e Julho de 2018.

Secretaria de Estado do Meio Ambiente
Superintendência de Regularização e Monitoramento Ambiental
Coordenadoria de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental

Bloco SEMA - Palácio Paiaguás - Centro Político Administrativo - Cuiabá, MT
Telefone (65) 3613 - 7207

2020

Figura 06. Municípios: 10+ da exploração florestal legal – e municípios que estão tanto no ranking da legalidade quanto no da ilegalidade., para o período de agosto de 2017 a julho de 2018.

Mapeamento da Exploração Florestal 2017 / 2018

SEMA
Secretaria de
Estado de Meio
Ambiente



Governo de
**Mato
Grosso**

Relatório Técnico nº 01/2021/CGMA/SRMA/SAGA/SEMA-MT

Desde 2013, os municípios de Nova Maringá, Aripuanã configuram entre os maiores no ranking da ilegalidade. Aripuanã, que havia apresentado uma redução em 2016/2017 saiu do 8º lugar no ranking do período anterior para o 2º colocado como o município com maior área explorada ilegalmente, mais que dobrando sua área explorada ilegalmente entre um período e outro (de 3.445 ha em 2016/2017, para 7.725 ha em 2017/2018).

Apesar de uma redução em 2017, verifica-se que a área explorada ilegalmente em Juara vem aumentando consideravelmente desde 2013, quando era o 13º do ranking, passando para 3º no período 2017/2018. Junto a Nova Maringá, Aripuanã, estes três municípios foram responsáveis por mais de 25% da área de exploração florestal ilegal mapeada para o período entre 2017 e 2018.

Os seis municípios com mais áreas com exploração florestal ilegal vêm intercalando entre as primeiras posições e desde 2013 já exploraram 307.245 hectares, uma área quase do tamanho do município de Cuiabá (Gráfico 08).

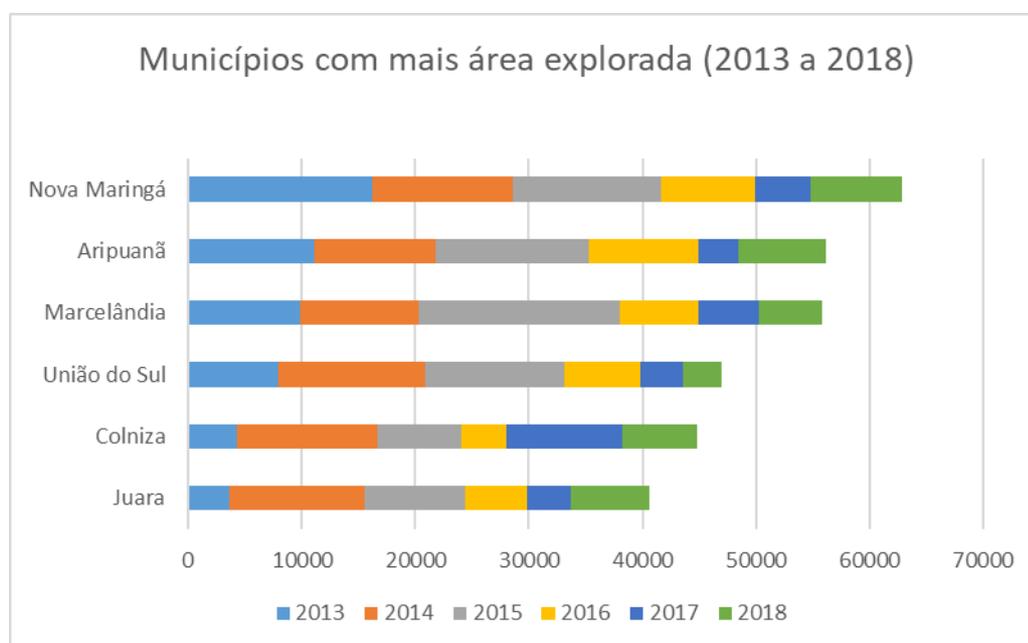


Gráfico 08 – Municípios com as maiores áreas de exploração florestal desde 2013.

Os municípios de Colniza e União do Sul continuam no ranking dos 6+ da exploração florestal ilegal, porém apresentaram redução nas áreas ilegais. União do Sul passou de 5º para a 10ª posição no período.

Mapeamento da Exploração Florestal 2017 / 2018

SEMA
Secretaria de
Estado de Meio
Ambiente



Governo de
**Mato
Grosso**

Relatório Técnico nº 01/2021/CGMA/SRMA/SAGA/SEMA-MT

O município de Marcelândia, apesar de constar na 5ª posição apresenta estabilidade na quantidade de áreas com ilegalidade com relação ao período anterior, sempre apresentado um alto índice de áreas com exploração ilegal.

Ressalta-se que todos os três primeiros colocados, independentemente de suas colocações, tiveram aumento de suas explorações ilegais em comparação com o período anterior.

Destaca-se ainda que 7 (sete) dos municípios que estão no ranking da ilegalidade, também estão no ranking da exploração florestal legalizada (figura 06).

Além disso, observa-se o padrão de contiguidade de exploração ilegal próximo à área com autorização de exploração (legal), conforme exemplificado na figura 07.



Figura 07 – Continuidade da exploração florestal para fora da área autorizada (exploração legal em azul) resultando e exploração florestal ilegal (em vermelho).

Para o período mapeado entre 2017 e 2018, cerca de um terço (28.014,06 hectares) situam-se em áreas a menos de 5 km de áreas com autorização e mais da metade (46.289,77 hectares) da área explorada ilegalmente encontram-se a menos de 10 km de áreas autorizadas para exploração (exploração legal). A proximidade entre as áreas ilegais e legais apontam que pode haver uma possível relação entre as áreas exploradas ilegalmente e as áreas com exploração autorizada.

Mapeamento da Exploração Florestal 2017 / 2018

SEMA
Secretaria de
Estado de Meio
Ambiente



Governo de
**Mato
Grosso**

Relatório Técnico nº 01/2021/CGMA/SRMA/SAGA/SEMA-MT

ILEGALIDADE EM ÁREAS PROTEGIDAS

EM TERRAS INDÍGENAS

Para o período de agosto de 2017 a julho de 2018 foram identificados 12.607,79 hectares de exploração ilegal em Terras Indígenas. Ocorrendo um aumento de 322% em comparação ao período do anterior (2016/2017), cuja exploração ilegal em terras indígenas foi de 2.988,20 hectares.

As três terras indígenas que apresentaram as maiores áreas exploradas ilegalmente foram: T.I ARIPUANÃ, localizada no município de Aripuanã, 1º colocado no ranking da exploração florestal ilegal, e Juína; T.I ZORÓ, localizada no município de Rondolândia; e T.I WAWI, localizado no município de Querência. (Gráfico 09).



Gráfico 09 – Distribuição da Exploração Ilegal em Terras Indígenas para o período 2017/2018.

Mapeamento da Exploração Florestal 2017 / 2018

SEMA
Secretaria de
Estado de Meio
Ambiente



Governo de
**Mato
Grosso**

Relatório Técnico nº 01/2021/CGMA/SRMA/SAGA/SEMA-MT

EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Foram identificados 1.604,31 hectares de exploração madeireira ilegal em unidades de conservação para o período mapeado. Sendo que mais de 19% desta exploração ilegal ocorreu dentro da Reserva Extrativista Guariba/Roosevelt (Gráfico 10).

Em comparação com o período anterior (2016/2017: 4.339,4 ha) ocorreu uma redução de cerca de 63% na exploração florestal ilegal dentro de unidades de conservação.



Gráfico 10 – Distribuição da Exploração Ilegal em Unidades de Conservação para o período entre agosto de 2017 e julho de 2018.

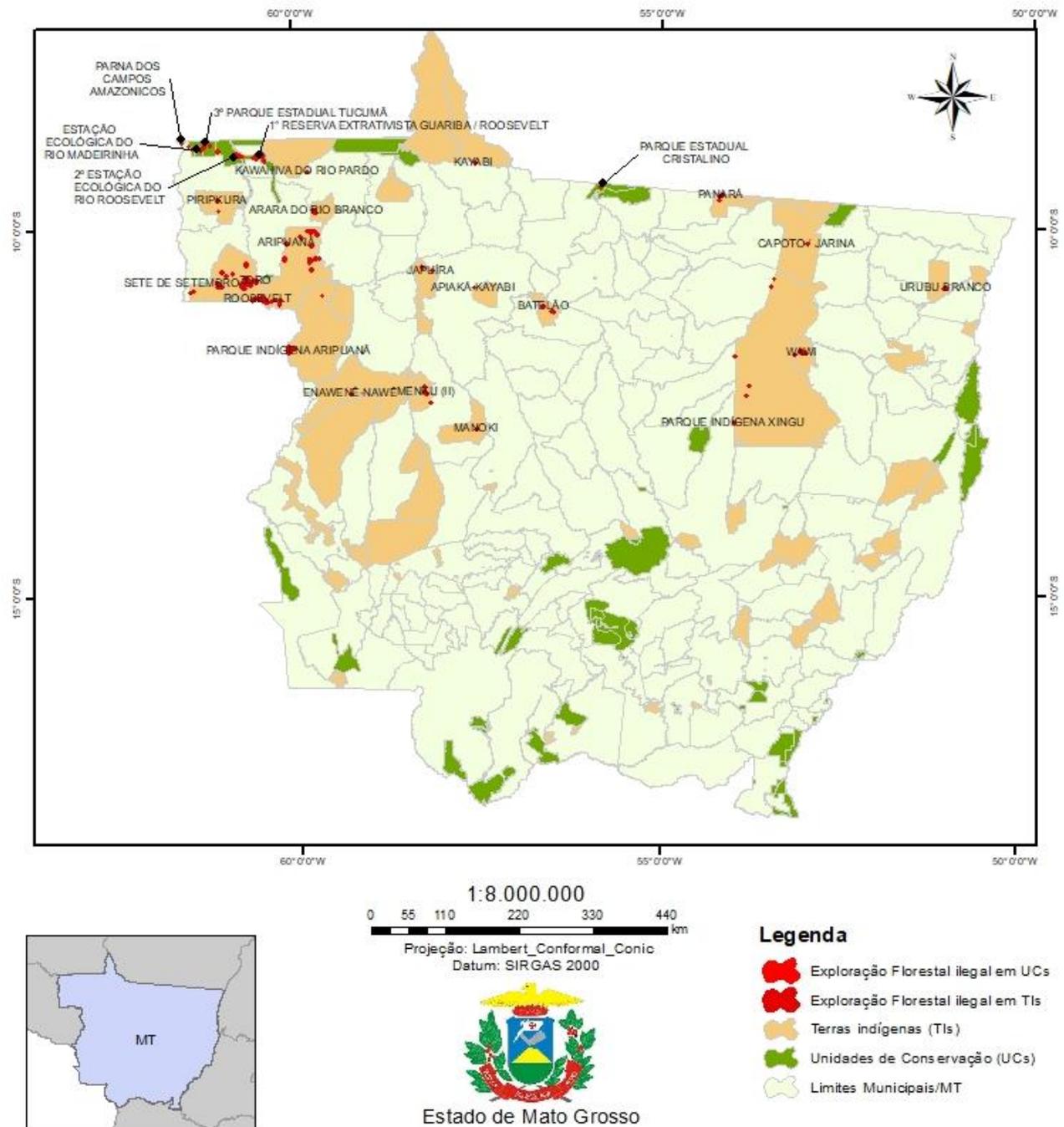
Mapeamento da Exploração Florestal 2017 / 2018

SEMA
Secretaria de
Estado de Meio
Ambiente



Governo de
**Mato
Grosso**

Relatório Técnico n° 01/2021/CGMA/SRMA/SAGA/SEMA-MT



Distribuição da Exploração Florestal ilegal em Terras Indígenas e Unidades de Conservação no estado de Mato Grosso para o período compreendido entre Agosto de 2017 e Julho de 2018.

Secretaria de Estado do Meio Ambiente
Superintendência de Regularização e Monitoramento Ambiental
Coordenadoria de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental

Bloco SEMA - Palácio Paiaguás - Centro Político Administrativo - Cuiabá, MT
Telefone (65) 3613 - 7207

2020

Figura 08. Localização da exploração florestal ilegal 2017/2018 em áreas protegidas.

Mapeamento da Exploração Florestal 2017 / 2018

SEMA
Secretaria de
Estado de Meio
Ambiente



Governo de
Mato Grosso

Relatório Técnico nº 01/2021/CGMA/SRMA/SAGA/SEMA-MT

ILEGALIDADE EM ASSENTAMENTOS RURAIS

Nos Projetos de Assentamentos Rurais da Reforma Agrária - PAs foram explorados ilegalmente no período de agosto de 2017 a julho de 2018 uma área total de 2.370,04 hectares, ocorrendo uma redução de 20% em comparação com o período anterior 2016/2017, quando foram mapeados 2.974,8 hectares.

O PA ENA aparece novamente como o 1º no ranking da ilegalidade na exploração florestal em assentamentos, concentrando sozinho 79% (1.875,59 ha) da exploração florestal ilegal ocorrida em assentamentos rurais.

Os demais assentamentos com ocorrência de exploração florestal ilegal encontram-se no gráfico 09.

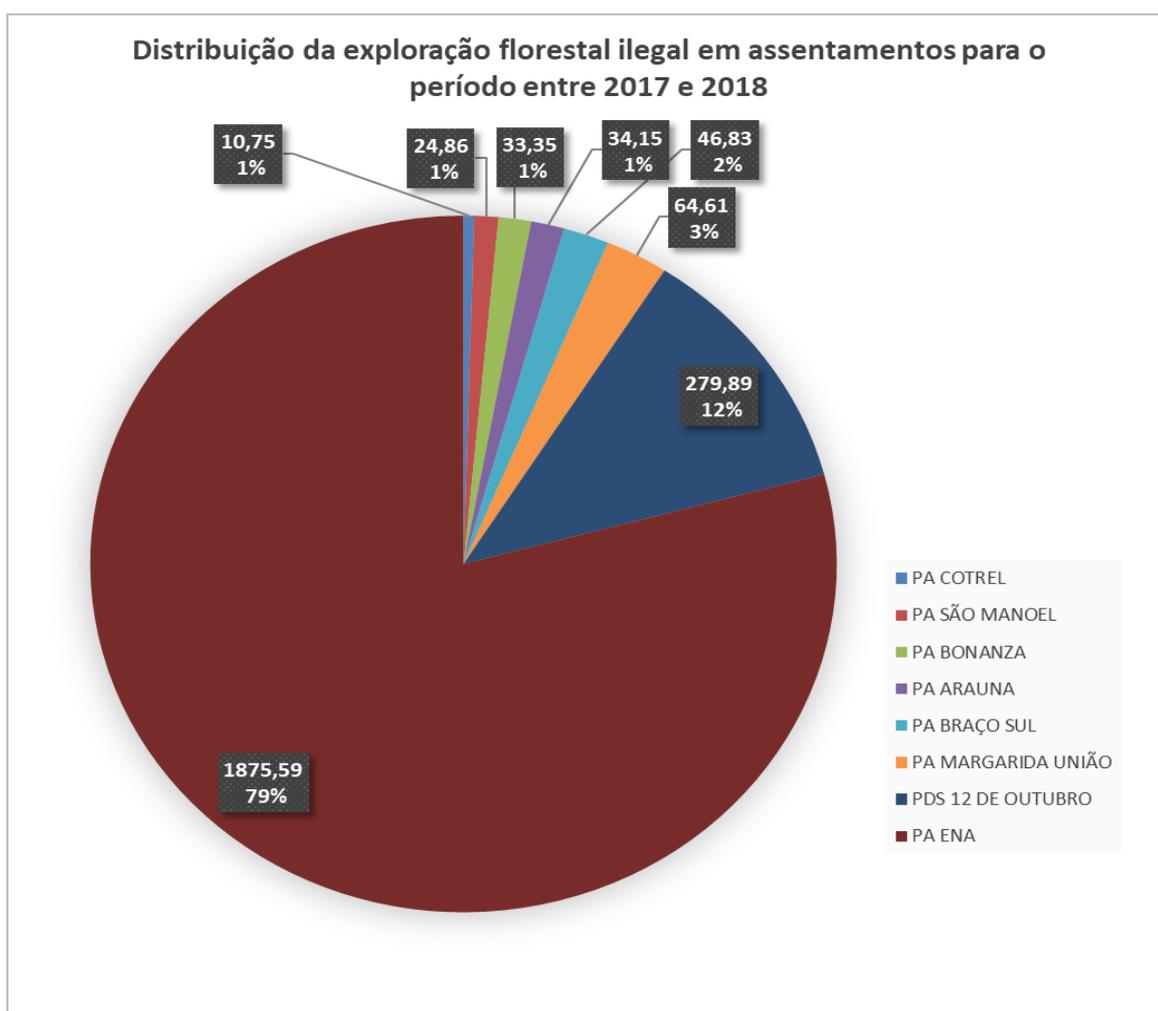


Gráfico 11 – Distribuição da Exploração Ilegal em Assentamentos Rurais para o período entre agosto de 2017 e julho de 2018.

Mapeamento da Exploração Florestal 2017 / 2018

SEMA
Secretaria de
Estado de Meio
Ambiente



Governo de
**Mato
Grosso**

Relatório Técnico nº 01/2021/CGMA/SRMA/SAGA/SEMA-MT

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguindo o mesmo padrão dos últimos anos a exploração madeireira distribui-se pelas regiões centro-norte, noroeste do estado de Mato Grosso de forma pulverizada, concentrando-se nos municípios de Aripuanã, Nova Maringá e Colniza. Sendo recorrente a ilegalidade no entorno do Parque Nacional do Xingu.

Mais da metade das áreas exploradas ilegalmente localizam-se em um entorno de até 10 quilômetros de áreas exploradas com autorização. A proximidade das áreas exploradas ilegalmente das áreas com exploração legalizadas, apontam para a necessidade de uma verificação mais apurada sobre possíveis inconformidades na utilização de créditos florestais.

Ainda que os dados apontem o aumento da exploração legal e redução da exploração ilegal quando comparados aos períodos anteriores, os índices de exploração florestal ilegal continuam altos e envolvem a falta de valorização da floresta em pé, a criação ou ampliação de áreas para agricultura ou pecuária, a impunidade e a morosidade relacionada ao julgamento das infrações de crimes ambientais e até brechas na metodologia utilizada para a estimativa da altura das árvores inventariadas em um licenciamento de PMFS ou desmatamento, que possibilita uma superestimativa do volume explorado e cria a possibilidade de criar créditos fictícios, viabilizando o comércio de madeira de origem ilegal.

A ilegalidade concentra-se em imóveis rurais particulares com cadastro ambiental rural (57,7%), seguido pelas áreas sem categoria fundiária definida (23,32%). Áreas menores exploradas sem autorização ocorreram em unidades de conservação (1,8%), terras indígenas (14,4%) e assentamentos rurais (2,7%). Destaca-se aqui o considerável aumento (322 %) da exploração em terras indígenas, comparado ao ano anterior.

Considerando o percentual elevado de ilegalidade observa-se a necessidade de investimentos contínuos no fortalecimento das equipes de monitoramento a fim de checar a possível conversão dessas áreas bem como subsidiar a responsabilização dos infratores por meio do trabalho conjunto com a fiscalização.

Alternativas para contornar esse cenário devem valer-se do aumento da fiscalização nos municípios críticos, com instrumentos de atuação remota; aprimoramento nos sistemas de controle florestal estadual e integração ao sistema

Mapeamento da Exploração Florestal 2017 / 2018

SEMA
Secretaria de
Estado de Meio
Ambiente



Governo de
**Mato
Grosso**

Relatório Técnico nº 01/2021/CGMA/SRMA/SAGA/SEMA-MT

federal; além do envolvimento dos atores do setor madeireiro no combate à ilegalidade por meio de capacitações, campanhas e estratégias de comunicação.

Visando evitar possíveis inconformidades/ilegalidade na utilização de créditos excedentes há que se aprofundar utilizando informações do SISFLORA para refinar os dados e contrastar as áreas exploradas com a movimentação dos créditos florestais.

A ausência de uma base de dados integrada também prejudica as análises dos dados e o monitoramento mais efetivo do meio ambiente, uma vez que o sistema utilizado atualmente não relaciona automaticamente os títulos de exploração florestal, PMFS e Autorização de Desmate aos polígonos do licenciamento, o que dificulta a identificação das áreas tituladas de uma forma rápida e eficiente.

Mapeamento da Exploração Florestal 2017 / 2018

SEMA
Secretaria de
Estado de Meio
Ambiente



Governo de
**Mato
Grosso**

Relatório Técnico nº 01/2021/CGMA/SRMA/SAGA/SEMA-MT

BIBLIOGRAFIA

CIPEM - Centro das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Madeira do Estado de Mato Grosso. Acessado em 20/12/2017. <https://cipem.org.br/dados-do-setor/>

-IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9105-producao-da-extracao-vegetal-e-da-silvicultura.html?=&t=series-historicas>

INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Monitoramento Da Cobertura Florestal Da Amazônia Por Satélites Sistemas Prodes, Deter, Degrad e Queimadas 2007-2008. 2008. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/prodes/Relatorio_Prodes2008.pdf>. Acesso em: 28 de novembro de 2014.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA - MT. Relatório Técnico - Exploração Florestal em MT - Período 2014-2015. Disponível em: http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=89&Itemid=149. Acesso em 18/04/2018.

MONTEIRO, A., Conrado, D., Cardoso, D., Veríssimo, A., & Souza Jr., C. 2011. Boletim Transparência Manejo Florestal Estado do Mato Grosso (2006 a 2009) (p. 16). Belém: Imazon.

MONTEIRO, A., Conrado, D., Cardoso, D., Veríssimo, A., & Souza Jr., C. 2014. Boletim Transparência Manejo Florestal do Estado do Mato Grosso (2011 - 2012) (p. 14). Belém: Imazon.

MONTEIRO, A., Conrado, D., Cardoso, D., Veríssimo, A., & Souza Jr., C. 2012. Boletim Transparência Manejo Florestal do Mato Grosso (2010-2011) (p. 15). Belém: Imazon.

SOUZA JR., C.M.; ROBERTS, D.A.; COCHRANE, M.A. Combining spectral and spatial information to map canopy damage from selective logging and forest fires. Remote Sensing of Environmental, v. 98, p. 329-343, 2005. Disponível em http://www.geog.ucsb.edu/viper/viper_pubs/souza-et-al2005.pdf. Acesso em 01/07/2014.